

APONTAMENTOS SOBRE A ÉTICA PRÁTICA DE PETER SINGER

Gabriel Stumpf¹
Édison Martinho da Silva Difante²

Resumo: o trabalho tem por objetivo fazer alguns apontamentos sobre a ética prática de Peter Singer, bem como induzir a uma reflexão a respeito de problemas e questões recorrentes na sociedade contemporânea. Mesmo que brevemente, o texto buscará descrever a concepção de pessoa - humana e não-humana – proposta por Singer. Segue-se daí uma rápida abordagem a respeito do status moral dos animais, isto é, a partir do sencientismo. Na mesma medida, será apresentada a crítica singeriana referente ao início e fim da vida, isto é, à perspectiva tradicional de sacralidade da vida. Por fim, à título de conclusão, será tratado de forma sumarizada do dever moral de ajudar os mais pobres.

Palavras-chave: Ética prática. Qualidade de vida. Pessoa. Direito dos animais. Singer

Introdução

Peter Singer é australiano, nascido em 1946, professor em Princeton, um adepto do Utilitarismo moderno, mais precisamente um consequencialista. Segundo o professor Álvaro Valls (2004, p. 96) é um pensador polêmico e muitas vezes provocador. Isso se deve principalmente devido ao fato de Singer propor uma nova ética, isto é, buscar romper com a ética dita tradicional no ocidente. Por um lado, Singer é mal interpretado e, portanto, polêmico devido às colocações que faz em seus escritos referentes ao *status* dos animais no âmbito da ética. Por outro lado, as suas ideias a respeito de temas como a eutanásia, o aborto e ajuda aos necessitados despertam curiosidades e seguidores pelo mundo todo. Pois é um filósofo que trata de temas atuais e nessa medida tem muito a contribuir para com a ética aplicada/prática contemporânea.

Aqui escolhemos falar apenas de alguns tópicos que julgamos imprescindíveis para a compreensão da ética prática de Peter Singer: a definição de pessoa, direitos dos animais, início e fim da vida e o dever de ajudar aos pobres, pois esses assuntos estão relacionados e a partir dos mesmos podemos melhor compreender o sentido da sua “ética prática”. Grosso modo, o que Singer está propondo é uma ética revisada, completamente nova (1997, p. 202). Nessa medida, segundo ele, trata-se de uma ética que não se apoia em ficções, que dará prioridade à qualidade de vida, tendo como principal indagação a causa de uma distinção tão marcada entre os seres humanos e os animais. Para Singer, temos que “mudar nossa tendência de ver os seres humanos como o centro do universo ético” (1997, p. 187).

¹ Acadêmico do Curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo (UPF); E-mail: gabrielstumpf28@gmail.com

² Professor na Universidade de Passo Fundo (UPF) e na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); E-mail: edisondifante@bol.com.br.

1 O *status* moral dos animais

Segue-se da passagem anteriormente citada, a necessidade de se pensar em uma ética para os animais. Embora o assunto seja recorrente em suas obras, segundo Nedel, o seu livro *Animal Liberton* pode ser considerado a Bíblia quanto aos direitos dos animais (2004, p. 194). A perspectiva de Singer coloca-se da seguinte maneira: o *status* moral coloca-se em função da capacidade de sentir dor e sofrer, não mais em função da capacidade racional como nas éticas tradicionais. Portanto, os animais, são portadores dos mesmos direitos que os homens, na medida em que são seres sencientes.

Ao falar sobre os direitos dos animais, ou *status* moral dos mesmos, cabe retomar a distinção de Singer quanto ao conceito de pessoa³. Segundo Singer, podemos falar em dois sentidos da expressão ser humano: como membro da espécie *homo sapiens*, é possível falar que até mesmo no embrião humano. No sentido de pessoa, o ser humano é racional e autoconsciente, com passado e futuro, logo, pessoas têm interesses. Singer observa que a maior parte dos seres humanos são pessoas e que pode haver membros de nossa espécie que não são pessoas. “Nem todos os membros da espécie *homo sapiens* são pessoas, nem todas as pessoas são membros da espécie *homo sapiens*” (1997, p. 202). O fato coloca-se na medida em que Singer dá fortes indícios de que alguns animais têm consciência de si, inclusive, na *Ética prática*, ele dá exemplos de macacos, chimpanzés, gorilas e orangotangos. Muitos seres que são sencientes, segundo ele, não são pessoas por não serem autoconscientes (bebês recém-nascidos, pessoas com deficiências mentais). Portanto, seguindo a perspectiva de Singer, esses seres humanos teriam o *status* moral dos animais, e não de seres humanos (2002, p. 85). Na mesma medida, podemos falar em pessoas humanas e não humanas. A partir de Singer deveríamos pensar em nossos hábitos, principalmente no que se refere ao consumo de carne, utilização de animais em pesquisas e em tudo aquilo que, de certa forma gera sofrimento aos animais.

³ Retomando a argumentação de Singer: O teólogo Joseph Fletcher propôs outro significado do uso do termo “humano” que é quando o sujeito encontra consciência de si, autocontrole, noção de futuro e passado, capacidades de se relacionar no meio social, preocupação com o outro, curiosidade. Nesse sentido, podemos perceber que são características que possuímos, e que são necessárias para se viver em sociedade. Locke define uma pessoa como um “um ser pensante e inteligente dotado de razão e reflexão, que pode ver-se como tal, a mesma coisa pensante, em tempos e lugares diferentes” (SINGER, 2002, p. 97). Há nessa definição uma aproximação “pessoa “daquilo que Fletcher queria dizer com “humano”, salvo pelo fato de escolher duas características essenciais a racionalidade e a consciência de si como centrais no conceito. Fletcher provavelmente concordaria que essas duas características fundamentais e que outras derivam delas (SINGER, 2002, p.97). Singer propõe o uso do termo “pessoa”, no sentido de um ser racional e autoconsciente, para reunir os elementos do sentido popular de “ser humano” que são abrangidos por “membro da espécie *homo sapiens*” (SINGER, 2002, p. 97-98). Muito embora, a sua definição de pessoa seja bem mais abrangente que simplesmente isso.

2 A sacralidade e a qualidade da vida

Uma vez que a perspectiva de Singer destaca a necessidade de se pensar não na “sacralidade” da vida, mas na qualidade da vida, a questão referente ao aborto e a eutanásia é largamente tratada pelo autor. Nesse ponto podemos constatar o seguinte: existem formas de vida que são preferíveis em relação às outras. No caso de pessoas em estado vegetativo, não existe mais consciência de si e nem interesse algum, nesse caso, não é mais vida a melhor coisa é a morte. A mesma coisa pode ser verificada quanto ao aborto, segundo ele uma criança somente tem consciência de si depois de o nascimento e, nesse caso, o aborto também não é uma coisa totalmente desprezível. O embrião é apenas uma pessoa em potencial, não necessariamente uma pessoa.

Segundo Singer, deveríamos parar para nos questionar o que queremos dizer quando usamos a expressão “ser humano” ou “vida humana”. É comum vermos esses termos serem usados em debates sobre o aborto. “O feto é um ser humano”? Esse, é um questionamento fundamental nesses debates e que deve ser respondido com muita reflexão e cuidado (SINGER, 2002, p. 95).

3 Utilitarismo preferencial: o que há de errado em matar?

Ao longo da evolução das sociedades sempre houve a proibição de matar outros seres. Todavia, nas palavras de Singer, a questão é: “quem é exatamente protegido”? (SINGER, 2002, p. 95). Em muitas sociedades tribais, o único crime grave é matar um membro inocente da tribo, já os membros das outras tribos podem ser assassinados impunemente (SINGER, 2002, p. 95). Nos tempos de hoje, o sujeito que vive em um país como, por exemplo, o Brasil tem sua proteção garantida em todo o território nacional.

Cometer o erro de infligir o sofrimento de um ser não pode depender da espécie que pertence esse ser, assim podemos dizer o mesmo do erro de mata-lo. Os fatos biológicos que determinam as linhas divisoras de nossa espécie não têm significado moral. Ter preferência à vida de um ser por pertencer a mesma espécie que nossa colocaria na mesma posição dos racistas, que dão preferência aos que são membros de sua raça (SINGER, 2002, p. 98).

Se voltarmos à origem da civilização ocidental, constataremos que o fato de pertencer à espécie *homo sapiens* não garantiria proteção à vida. “Não havia respeito pelas vidas dos

escravos ou de outros bárbaros, e mesmo entre os próprios gregos e romanos as crianças não tinham direito automático a vida” (SINGER, 2002, p. 98), pelo fato de que as crianças, ainda bebês se apresentassem alguma deficiência no nascimento eram mortos, pois tinha-se uma concepção que não seriam úteis ou não conseguiram desenvolver nenhum ofício.

Assim sendo, as nossas atitudes atuais reconstruem ao advento do cristianismo. Onde há uma motivação teológica específica para a insistência cristã na importância da condição de membro da espécie: a crença em que todos nascemos de pais humanos e também imortais, destinados a uma eternidade de êxtase ou de tormentos intermináveis. A partir daí o assassinato de um indivíduo assumiu um significado terrível, uma vez que enviava alguém para o seu descanso eterno. Outra concepção é que ter sido criado por Deus, é a ele que pertencemos, e matar um ser humano equivale a usurpar o direito divino de decidir quando devemos morrer (SINGER, 2002, p. 99).

Para o utilitarismo clássico, o modo como foi exposto primeiramente por Jeremy Bentham e por John Stuart Mill e Henry Sidwick, julgam-se as ações por sua capacidade de intensificar o prazer ou a felicidade e a mitigar a dor ou a infelicidade. O “prazer” e “felicidade” carecem de precisão, assim sendo é algo que se vivencia ou sente, ou seja, o estado de consciência. Portanto, para o utilitarismo clássico, não há uma importância direta no fato de que os desejos para o futuro fiquem por realizar quando as pessoas morrem. Quando se morre instantaneamente, o fato de se ter, ou não, desejos para o futuro é indiferente no que concerne à quantidade de prazer ou dor que se experimente. Portanto, para o utilitarismo clássico, o status de “pessoa” não é diretamente relevante para o erro de matar (SINGER, 2002, p. 100-101).

O fato ser uma pessoa é importante para o utilitarismo clássico. Pois, podemos partir do seguinte princípio: que se sou uma pessoa, tenho uma concepção de mim mesmo. Sei que tenho um futuro. Além disso, tenho o conhecimento de que a minha existência futura pode ser interrompida. Tendo o conhecimento que isso pode ocorrer a qualquer momento, minha vida será cheia de ansiedade, e logo a minha existência não será agradável, como seria se eu vivesse não pensando nessa possibilidade (SINGER, 2002, p.101). Nesse sentido, o utilitarismo proibiu a interrupção ou assassinato do sujeito, pois, privaria o sujeito de um futuro feliz. Essa proibição é indireta porque a interrupção da vida do sujeito é uma consequência. Além disso, o indivíduo não assassinaria o outro pensando na felicidade de terceiros.

Por fim, o utilitarismo preferencial refere-se às ações contrárias à preferência de qualquer ser, consequentemente, este tipo de ação é errada, a não ser que essa preferência seja

superada, em termos de valor, pelas preferências contrárias. Portanto é errado matar um sujeito o qual quer continuar vivendo. Pelo fato de as vítimas não estarem presentes depois do ato ter sido cometido para reclamar que sua preferência foi ignorada. O mal é praticado quando a preferência é frustrada (SINGER, 2002, p.104).

Apesar de o utilitarismo preferencial apresentar uma razão direta para não matar um sujeito, muitos podem pensar que a razão, mesmo quando for ligada a uma importante razão indireta que o utilitarismo leva em consideração não é suficientemente convincente. Todavia, mesmo para o utilitarismo preferencial, algumas vezes o mal feito à pessoa assassinada, a preferência da vítima é considerada menos importante que as preferências do outro. Muitos falam que a proibição de matar indivíduos é mais absoluta que o tipo de cálculo utilitarista. E isso é devido ao fato de que sentimos que as nossas vidas são um direito e direito não podem ser privados com as preferências ou prazeres de terceiros (SINGER, 2002, p. 105-106).

Diz Singer, “a ideia que o direito moral seja útil ou importante, salvo quando usada como uma forma simbólica de remeter a considerações morais de cunho mais simbólico de remeter considerações morais de cunho mais fundamental” (SINGER, 2002, p. 106)⁴.

Outra implicação de ser pessoa também pode ser relevante para o erro de matar. Trata-se do conceito de autonomia de Kant, mas que é seguido por muitos não kantianos. Por “autonomia” podemos compreender a capacidade de tomarmos decisões e agir de acordo com elas. Supõe-se que os seres racionais e autoconscientes tenham essa capacidade, já os seres incapazes não têm essa capacidade de escolha (SINGER, 2002, p. 109).

Somente o sujeito que consegue apreender a distinguir entre morrer e continuar vivendo pode optar autonomamente pela vida. Nesse sentido, matar alguém que não optou pela sua morte é considerado um desrespeito a autonomia (SINGER, 2002, p. 109).

⁴ Retomando novamente a argumentação de Singer: Michael Tooley, um filósofo americano pós-moderno, afirmou que os únicos seres que podem ter direito a vida são os que podem conceber-se como entidades diferentes que existem no tempo, ou seja, como pessoas. Tooley baseia o seu argumento afirmando que há uma relação entre os desejos que um ser é capaz de ter e os direitos que se pode dizer que tenha (SINGER, 2002, p.106). No entanto, Tooley admite que é complexo formular com precisão as relações entre direitos e desejos, pois há casos problemáticos, como dos sujeitos que estão dormindo ou temporariamente inconscientes. Ele não quer dizer que tais indivíduos não têm direitos pelo fato de, naquele momento, não terem desejos. Tooley afirma que a posse de um direito deve de alguma forma, estar ligada à capacidade de ter os desejos relevantes, quando não à capacidade de ter os desejos em si (apud SINGER, 2002, p. 106). Assim sendo, “se o direito à vida é o direito de continuar existindo como uma entidade específica, então desejo relevante de possuir um direito à vida é o de continuar existindo como entidade específica” (SINGER, 2002, p. 106-107). Todavia, só o ser capaz de se conceber-se como uma entidade específica existindo no tempo, ou seja, só uma pessoa poderia ter tal desejo, assim somente um sujeito poderia ter o direito à vida (SINGER, 2002, p. 107). Tooley chega à conclusão que “para ter direito à vida é preciso ter, ou, pelo menos, ter tido numa determinada época, o conceito de existência contínua (apud SINGER, 2002, p. 108). Assim sendo, essa afirmação de Tooley não evita problemas referentes ao trato com sujeitos adormecidos ou inconscientes, pois é necessário apenas que eles tenham tido em algum momento o conceito de existência contínua, assim, isso nos habilita a afirmar que a vida contínua pode estar entre os interesses (SINGER, 2002, p. 108).

No entanto, os utilitaristas não concordam que a autonomia seja uma qualidade em si, ainda que possam atribuir um grande peso ao desejo que uma pessoa tem de continuar viva, pelo fato de verem no desejo do indivíduo o indício que em geral ele leva uma vida feliz. Todavia se analisarmos pelo viés do utilitarismo preferencial, o desejo de continuar vivendo pode ser suplantado, e o clássico, deveram aceitar que os sujeitos podem se equivocar profundamente acerca da perspectiva de felicidade (SINGER, 2002, p. 109). Assim sendo, o utilitarismo não pode dar à mesma importância a autonomia, diante dos que respeitam a autonomia como um princípio moral impeditivo.

O motivo mais evidente para valorizar a vida de um ser capaz de sentir prazer ou dor diz respeito ao prazer que ele pode ter. Se valorizarmos os nossos prazeres como, por exemplo, o prazer de comer, do sexo e, correr a toda velocidade. O aspecto universal de nossos juízos éticos exige que façamos uma avaliação positiva de nossas experiências de prazeres, a qual todos nós temos capacidade de vivencia-las. Entretanto, a morte é o fim de todas as experiências agradáveis. Assim, o fato de que os seres vão sentir prazer no futuro é uma razão para dizermos que é errado matar alguém. Contudo, um argumento semelhante em relação a dor aponta para a direção oposta, e este argumento só tem peso, ao voltar-se contra o assassinato, quando acreditamos que o prazer que os sujeitos talvez venham a sentir será maior do que o sofrimento que possam vir a padecer. Assim sendo, isso equivale a dizer que não devemos privar a vida agradável (SINGER, 2002, p. 111).

Existem duas maneiras de diminuir a quantidade prazer no mundo: uma delas consiste em acabar com os prazeres das vidas dos que levam as vidas agradáveis, a outra é eliminar os que levam as vidas agradáveis. A primeira nos fala de seres que experimentam mais prazeres do que os outros. Já a segunda, isso não acontece. Desse modo, isso significa que não podemos passar, da preferência de uma vida agradável para uma desagradável, para a preferência de uma vida agradável em vez de vida nenhuma (SINGER, 2002, p. 112).

No entanto, também há duas maneiras de aumentar o prazer no mundo: a primeira consiste em aumentar o prazer dos que atualmente existem, a outra em aumentar o número daqueles que irão levar vidas agradáveis (SINGER, 2002, p. 112).

Para essas questões temos duas abordagens que podemos levar em consideração. A primeira consiste em admitirmos que é bom aumentar a quantidade de prazer no mundo através do aumento de vidas agradáveis e ruim reduzir a quantidade de prazer no mundo pelo meio da diminuição de vidas agradáveis. Está primeira abordagem é simples, objetiva e coerente, no entanto exige que admitimos que se pudéssemos aumentar o número de seres levando vidas

agradáveis sem piorar a de outros, seria fundamental que fizéssemos (SINGER, 2002, p. 112-113).

Por fim, a segunda abordagem consiste em considerar os seres que já existem antes da decisão que estamos tomando, ou que, pelo menos, vão existir independente dessa decisão. Chamamos essa abordagem de ponto de vista prévia. Pois, ela nega que haja valor no fato de aumentar-se o prazer através da criação de novos seres. Assim sendo, há uma harmonização das intuições da maioria dos sujeitos. Por exemplo um casal não é obrigado a ter filhos (SINGER, 2002, p. 113).

Muitos dizem que hierarquizar o valor de vidas diferentes é um processo especista e antropocêntrico. Pois, se fizéssemos isso, estaremos nos colocando no topo, e a outros seres em maior grau de proximidade conosco, proporcionalmente à semelhança que imaginaremos existir entre nós e eles. No entanto, deveríamos admitir do ponto de vista que, cada vida tem igual valor (SINGER, 2002, 115).

Não podemos afirmar, que a vida de um rato é menos ou mais valiosa que outra, é especista defendermos que a vida adulta de um sujeito é melhor que a vida adulta de um rato? Só podemos defender esse raciocínio se encontrássemos algum fundamento neutro para que pudéssemos fazer essa comparação (SINGER, 2002, 115).

Todavia temos dificuldade de encontrar um elemento neutro. Imaginemos nos transformar em um animal como Puck em *Um sonho de verão* e podemos ser um dia um cão, e no outro um cavalo por exemplo. Suponhamos que quando me transformo em um cavalo vivencio a experiência de um equino e quando ser humano vivencio as experiências de um ser humano. Nessa hipótese ainda podemos adicionar um terceiro estado no qual eu me lembre de todas as minhas experiências de um cavalo. Esse terceiro estado seria fundamentado pela autoconsciência e de racionalidade. Nesse sentido poderia assemelhar-se mais com a existência humana, mas não seria sob nenhum aspecto a existência humana (SINGER, 2002, 116).

Segue-se que é errado matar alguém, pois privaria este de uma vida com prazeres, felicidade ou com a capacidade de obter uma vida agradável. Por fim, este ponto de vista pode ser questionado se o sujeito viver uma vida com dor ou com sofrimento, por exemplo no caso de um sujeito estar vegetando ou tetraplégico. A partir desses exemplos podemos questionar se seria ético o direito do indivíduo à eutanásia ou ao suicídio assistido.

4 A título de conclusão: o dever de ajudar os mais pobres

Um último ponto que devemos destacar é o dever de ajudar aos mais pobres.

Todos temos uma obrigação de ajudar os pobres, assim como devemos resgatar uma criança do afogamento. [...]. Ajudar é algo que todos devemos fazer; é errado não fazê-lo (SMITH, 2009, p. 64).

As pessoas deveriam renunciar ao supérfluo para ajudar aos que passam fome. Na visão de Singer os desejos supérfluos não têm a mesma urgência que as necessidades dos pobres. Nessa medida, Singer destaca que os países mais ricos devem ajudar aos mais pobres, ainda atesta para a necessidade de mais ajuda pública e privada e por acordos comerciais internacionais mais justos. O fato que deve ser constatado aqui é o seguinte: aliviar a pobreza, a miséria e a morte prematura é um dever para quem pode. Contudo, não fazer isso é algo digno de culpa.

Referências

NEDEL, José. *Ética aplicada: pontos e contrapontos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

SINGER, Peter. *Ética prática*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Repensar la vida y la muerte: el derrumbre de nuestra ética tradicional*. Barcelona: Paidós, 1997.

SMITH, Paul. *Filosofia moral e política: principais questões, conceitos e teorias*. São Paulo: Madras, 2009.

VALLS, Álvaro. *Da ética à bioética*. Petrópolis: Vozes, 2004.